

O TRABALHO À LUZ DA TEOLOGIA DE SANTO AGOSTINHO*

THE WORK IN THE LIGHT OF SAINT AUGUSTINE'S THEOLOGY

Antonio Augusto Nogueira Matias

Resumo

O presente artigo trata do tema do trabalho à luz da obra de Santo Agostinho. O bispo de Hipona desfaz a concepção tradicional do trabalho como maldição humana, que teve sua origem na passagem do Gn 3,19: *Tu comeras o pão e o suor do teu rosto*. Assim, entende as vicissitudes do mundo do trabalho como consequência da ação livre do homem. O trabalho em si é destituído de qualquer conotação valorativa. É a ação do trabalhador e do profissional que deve ser julgada como boa ou má.

Palavras-chave: Livre-arbítrio, Trabalho, Mundo, Graça, *A Cidade de Deus*.

Abstract

This article is about the work in the light of Saint Augustine's Theology. The Bishop of Hippo destroys the traditional conception of work as an human malediction, which had its origin at the biblical text of Gn 3,19: *By the sweat of your face you shall eat bread*. In this way, Augustine understands the ups and downs of work's world as a consequence of free action of the man. The work itself is disproved of any connotation of valor. Only the action of the man and of the worker should be judged as good or bad.

Keywords: Free will, Work , World , Grace, *City of God*.

Introdução

O tema do trabalho a partir da leitura do livro do Gênesis tem uma conotação negativa. Adão e Eva, após terem pecado e sido expulsos do paraíso, ouviram do próprio Deus: *Tu comerás o pão e o suor do teu rosto* (Gn 3,19). Essa passagem bíblica ainda hoje é citada, seja por ironia, seja por ser considerada válida, para se referir negativamente às vicissitudes do mundo do trabalho. De fato, é comum vermos as pessoas se maldizerem por realizarem determinados trabalhos e isso acontece devido a vários fatores: insatisfação com a remuneração; profissões arriscadas, o estresse adquirido em certos ambientes de trabalho; humilhações sofridas por alguns tipos de profissão. Enfim, podemos citar inúmeras insatisfações relacionadas ao mundo do trabalho. E, vindo por esse prisma, corremos o risco de considerar o trabalho como uma maldição divina e que algumas pessoas foram mais agraciadas que outras, devido às profissões que exercem, as quais são consideradas melhores, dado o *status* social e o vultoso salário alcançados.

Diante das mazelas deste quadro descrito acerca do trabalho, Santo Agostinho pode nos fornecer uma chave de leitura que nos permitirá desfazer o equívoco do trabalho como maldição. Devemos considerar a distinção que o bispo de Hipona faz entre o "exterior" e o "interior", o "visível" e o "secreto". Tomando essa inspiração agostiniana, podemos afirmar que o trabalho — dimensão exterior — não é bom nem mau, mas é uso que o ser humano — dimensão interior — faz dele que compromete o valor do trabalho. A profissão — o exterior —, considerada em si mesma, também não é boa nem má, mas a ação profissional — o interior — pode ser honesta ou desonesta e isto não compromete a profissão.

Em tempos hodiernos, a proposta de fazer uma reflexão acerca do trabalho, a partir da visão agostiniana, pode parecer anacrônica, uma vez que estamos utilizando um teólogo e filósofo do século IV-V para tratar de um tema atual. É preciso realmente ter cuidado com o anacronismo para não interpretarmos o tempo presente de forma fundamentalista, o que ocorre quando consideramos, sem reflexão e de forma descontextualizada, o trabalho como maldição. Entretanto, não podemos cair no extremo oposto e não considerar que os conceitos de épocas diferentes não tenham validade ou sirvam de fundamento teórico para análises de temas atuais. Salamito, tratando dessa diferença de espaço de tempo entre as ideias de Santo Agostinho sobre o trabalho e os dias atuais, escreve:

Assim como o anacronismo, é importante evitar aqui o "fetichismo" — a expressão e de Jacques Le Goff —, que consistiria na recusa de aplicar a uma determinada época

“conceitos diferentes daqueles que ele utilizava” e que valeria muito simplesmente a “uma demissão do historiador”. (SALAMITO, 2005, p.380).

1- O trabalho é invenção humana

O trabalho não é criação de Deus, mas invenção humana. Deus, ao criar o homem, concluiu a sua obra e viu que tudo que Ele havia criado era bom. Mas, o homem, usando da sua liberdade, rompeu com Deus e, prescindindo dele, passou a construir o mundo pelas suas próprias mãos. Agostinho faz uma distinção entre criação e o nascimento do homem.¹ Interpretando a criação de Deus no livro do Gênesis, Agostinho conclui que a criação é obra de Deus e o homem faz parte dessa obra, como explica o trecho abaixo:

Não é custoso compreender haver sido muito melhor o que se fez, quer dizer, multiplicar apenas a partir de um homem o gênero humano, que havê-lo iniciado por muitos. Ao criar os animais, solitário e solívragos uns em certo sentido, isto é amigos da solidão, como as águias, os milhanos, os leões, os lobos, etc., gregários outros, que preferem viver em clãs e em rebanhos, como as pombas, os estorninhos, os cervos, os gamos e assim por diante, não os fez propagar-se de um só de cada espécie, mas ordenou existissem muitos ao mesmo tempo. Quanto ao homem chamado, por criação, natural, a ocupar lugar entre os anjos e os irracionais, Deus criou apenas um. (AGOSTINHO, 2008, p. 88)

O nascimento é obra do homem. Com o nascimento deu-se a multiplicação dos homens. “Deus criou no tempo o primeiro homem temporal anterior a quem não existiu nenhum, e desse homem multiplicou o gênero humano”². (AGOSTINHO, 2008, p.74). Por meio do nascimento surgem também duas cidades³:

“Quando ambas as cidades empreenderam seu curso evolutivo, por nascimento e mortes sucessivas, primeiro nasceu o cidadão deste mundo e depois o peregrino do século, pertencente à cidade de Deus.” (AGOSTINHO, 2008, p.174).

¹ Segundo OLIVEIRA, essa questão da criação do primeiro homem e a criação da sua descendência era um problema para Agostinho. “Para nosso melhor esclarecimento da questão, é preciso distinguir entre a origem das almas de Adão e Eva e a origem da alma de seus descendentes. As de Adão e Eva foram, sem dúvidas, criadas diretamente por Deus, como as Sagradas Escrituras dizem expressamente (Gn 2,7). Agostinho defende isso com rigor e repele qualquer outro modo de aparição da primeira alma” (OLIVEIRA, 1985, p. 289).

² Segundo Agostinho, “o gênero humano origina-se de um só homem, o primeiro que Deus criou, segundo o testemunho da Santa Escritura, que goza de maravilhosa autoridade” (AGOSTINHO, 2008, p. 72).

³ “Consideremos que no primeiro homem, o primeiro criado, tiveram origem duas cidades, não à luz da evidência, é certo, mas, pelo menos, segundo presciência de Deus, duas sociedades e duas espécies de cidade (AGOSTINHO, 2008, p.74).

As duas cidades de que trata Agostinho são fundadas pelos homens a partir de dois amores. O amor próprio levado ao desprezo a Deus, a cidade terrena; o amor a Deus levado ao desprezo de si próprio, a cidade celestial. A primeira cidade criada foi a cidade dos homens. Ela surge do rompimento do homem com Deus. Em seguida, é criada a cidade de Deus, como resposta à cidade terrena, formada pelos homens que amam a Deus. As duas cidades, construções especificamente humanas, são construídas num processo evolutivo de nascimento e morte (AGOSTINHO, 2008, p.174).

Os primeiros homens, Caim e Abel, nascidos de Adão, representam as duas cidades. Eles, também, representam a pluralidade humana. Abel, pastor de ovelhas, é sinal da Cidade de Deus e Caim, agricultor, é sinal da cidade dos Homens (Op. cit. p.174). Caim matou Abel por inveja porque Deus se agradou mais das oferendas de Abel. É com o assassinato de Abel que se dá o afastamento do homem de Deus e o surgimento da cidade dos homens. Só depois, com o nascimento de Set, terceiro filho de Adão, cujo nome significa ressurreição, surge a cidade de Deus. Após a instituição dessas duas cidades, a cada descendência, narra o livro do Gênesis, há uma adesão a uma das cidades.

Como Adão era o pai dessas duas classes de homens, a saber, daquele cuja série compõe a cidade terrena e a do outro, cuja descendência integra a Cidade celeste, ao morrer Abel e em sua morte encarecer grande mistério, ficaram constituídos dois pais de cada ramo: Caim e Set. Na descendência destes, que precisava ser mencionadas, foram-se na linhagem humana descobrindo indícios mais evidentes de ambas as cidades (AGOSTINHO, 2008, p.198).

Arendt, tratando a respeito da diferença agostiniana entre criação e nascimento, fala da origem de dois mundos, o mundo criado por Deus e o mundo a ser construído pelo homem, como podemos constatar na citação que segue:

Chama-se "mundo", com efeito, não apenas a esta criação de Deus, o céu e a terra (...) mas também todos os habitantes do mundo são chamados "mundo. O mundo, portanto, são aqueles que amam o mundo (*dilectores mundi*). O conceito de mundo é duplo: por um lado, o mundo é criação de Deus – o céu e a terra – dada antecipadamente a toda a *dilectio mundi*, por outro lado, ele é o mundo humano a construir através do facto de o habitar e de o amar (diligere)" (ARENDR, 1997, p.79)

O mundo criado por Deus é um mundo terminado e o homem é o ápice da criação e o mundo criado pelos homens é inacabado, um mundo

que evolui e se renova constantemente a cada novo nascimento. Segundo Arendt, a invenção do trabalho está inserida no contexto do nascimento.

O labor e o trabalho, bem como a ação têm também suas raízes na natalidade, na medida em que sua tarefa é produzir e preservar o mundo para o constante influxo de recém-chegados que vêm a este mundo na qualidade de estranhos, além de prevêê-los e levá-los em conta (Op. cit., p79).

O trabalho em Gênesis 3,19 está referido ao trabalho corporal, à atividade braçal. Para Agostinho o trabalho também tem uma dimensão do esforço intelectual.

Quando menciona — e é verdade que isso acontece frequentemente — a maldição divina que, em Genesis 3,19⁴, atinge o trabalho de Adão, Santo Agostinho não aplica somente aos camponeses e artesãos, os que tenderão a fazer autores da Idade Média. Em um de seus sermões sobre os salmos, ele caracteriza como um esforço penoso (labor) sua própria tarefa de predador e, ao mesmo tempo, aquela de todos os fiéis. (SALAMITO, 2005, p. 40).

Na contemporaneidade, Arendt estabeleceu a diferença entre labor e trabalho. O labor é a ação humana destinada à atividade corporal e destinada à sobrevivência da espécie, já o trabalho é relativo à transformação do mundo.

O labor assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a sobrevivência da espécie e o trabalho e seu produto, o artefato humano, empestam certa permanência e durabilidade à futilidade da vida moral e ao caráter efêmero do tempo humano.(ARENDRT,1991. p.17).

No pensamento de Arendt, pelo labor homem (*homo laborans*) age para manter a espécie viva no seu aspecto biológico e pelo trabalho o homem (*homo faber*) cria o mundo artificialmente.

⁴ Para Salamito, Santo Agostinho não dramatiza a citação de Gn 3,19. Para o autor, Santo Agostinho não vê nessa passagem “uma justificativa dos sofrimentos das camadas sociais inferiores, mas — através de uma metáfora que equivale a colocar no mesmo plano o esforço intelectual e o esforço braçal.” (SALAMITO, 2005, p.41).

2- O trabalho e o livre-arbítrio

O trabalho não é bom ou mau em si mesmo. Não há uma profissão boa ou má. O que existe são maus e bons trabalhadores, profissionais honestos e desonestos. Segundo Salamito,

O que pode por si só, resumir a posição original de Santo Agostinho sobre a profissão, decorre muito naturalmente da atenção que ele dedica incessantemente, em toda sua obra, a distinguir o exterior do interior, o visível e o secreto. (SALAMITO, 2005, p. 55)

O trabalho e a profissão são exteriores aos homens. No entanto, o homem na sua fragilidade utiliza-se bem ou mal do trabalho e da profissão. O livre-arbítrio⁵ é o que há de mais secreto no homem. O livre-arbítrio levará o ser humano a decidir pelo bem ou mal, tornando-o responsável por suas ações. O homem, por si mesmo, valendo-se apenas do livre-arbítrio e do uso da razão, não conseguiria agir bem enquanto profissional.

Essa reflexão sobre a responsabilidade individual em matéria profissional dá continuidade às interrogações íntimas do jovem Santo Agostinho sobre a origem e a natureza do mal. Ela reencontra a doutrina do pecado original e da graça, a ideia de que todo homem é frágil, mas pode melhorar com a ajuda divina que leva à recusa de ver na profissão uma espécie de determinismo. (Op.cit., p.55)

Agostinho divide duas espécies de homens: “amigos das coisas eternas e amigos das coisas temporais”, que seguem dois tipos de leis: “uma eterna e outra temporal”. Os homens submissos à lei eterna amam os bens eternos e são felizes e os submissos à lei temporal são insensatos e estão sob o jugo da lei temporal (AGOSTINHO, 1995, p.64) . Essa passagem nos remete às duas cidades: à de Deus e à dos homens. Em sua cidade, os homens buscam os bens e as vantagens desta vida temporal e se afastam de Deus. A cidade de Deus compõe-se de homens que vivem da fé e atentam para os bens eternos. Segundo Canévet,

Através do desenvolvimento das riquezas materiais, mais ainda das aquisições dos meios e da cultura, se constituem duas cidades que buscam todas as duas, a paz o bem, mas

⁵ Agostinho explica o livre-arbítrio como a capacidade racional do homem decidir livremente entre o bem e o mal. “Toda Natureza racional, tendo sido criada como o livre-arbítrio da vontade, é, sem dúvida alguma, digna de louvor, caso se mantenha fixa no gozo do Bem supremo e imutável” (AGOSTINHO, 1995:192). E o homem, pela sua livre vontade pode escolher pelo bem ou por negar o bem. Nesse sentido o livre-arbítrio ou a vontade livre, enquanto natureza dado ao homem por Deus é um bem, mas o uso dela pode tornar o homem mal.

cada uma dentro de sua ordem. A Cidade terrestre e a Cidade de Deus, elas são dois desenvolvimentos contrários. (CANÉVET, 2010, p.115).

As duas cidades como vimos buscam a paz e o bem. Mas, apenas a Cidade de Deus — composta por aqueles que amam mais a Deus do que o mundo — poderá realizá-los.

Para Agostinho, o homem, guiado apenas pelo seu livre arbítrio, não pode decidir-se pelo bem. Só o homem que ama os bens eternos, decide pelo bem. E a decisão pelo bem é graça de Deus. Aqui temos a refutação a Pelágio que afirmava a soberania do livre arbítrio sobre a graça, isto é, afirmava a inutilidade da graça de Deus com relação à liberdade. (OLIVEIRA, 1995, p.290).

Oliveira, comentadora da obra de Agostinho, estabelece uma distinção entre liberdade e livre arbítrio na obra de Agostinho.

Enquanto, para nós, esses dois termos são quase sinônimos, existe para Agostinho, clara distinção entre o sentido de *liberum arbitrium* e o de *libertas*. O livre-arbítrio existia no primeiro homem. É por ele que Adão escolheu a via do mal. Mas ao agir assim, ele perdeu a liberdade de agir bem. Segue-se que seus descendentes, deixados a si mesmos, conservaram intacto seu livre arbítrio, para querer livremente o mal. Mas não mais estavam livres no sentido completo da palavra, porque não possuíam, desde então, a verdadeira e plena liberdade, aquela que Adão possuía – a de usar bem seu livre arbítrio. Portanto, só há liberdade (“libertas”) para Agostinho quando a graça vem se enxertar no livre-arbítrio e este se torna liberdade. (Op.cit.290)

Frente a essa diferença entre livre-arbítrio e liberdade, no pensamento de Santo Agostinho, podemos concluir que o trabalhador no exercício de sua profissão só poderá agir corretamente e fazer o bem se contar com o auxílio de Deus.

3- A diferença entre a ação do profissional e a profissão

Santo Agostinho cita duas profissões que devido à ação do profissional podem ser desqualificadas, a saber: a profissão de agricultor e a de comerciante. A agricultura é idealizada por Santo Agostinho, atitude própria do homem da antiguidade, que “vê na terra a fonte de todo bem e nos trabalhos dos campos a condição primeira de toda a vida civilizada” (SALAMITO, 2005, p.46). Santo Agostinho caracteriza a agricultura como “a mais inocente de todas as profissões” (Op.cit. p.47). Mas, há também aqueles que utilizam da profissão agrícola e se enriquecem ilicitamente,

há aqueles que se apoderam da terra formando latifúndios. Em épocas de crises na agricultura provocadas por problemas climáticos, percebe-se a especulação do agricultor que eleva os preços dos produtos que se tornaram escassos. Essa é a tendência do comerciante de produtos agrícolas, e essa sua má conduta profissional, o afasta de Deus. O problema moral que envolve a profissão do comércio não está no comércio enquanto tal. A falta de boa conduta e a fraqueza moral do comerciante fazem com que nós associemos, muitas vezes, o comércio à cupidez, à mentira e ao enriquecimento ilícito. Santo Agostinho crítica o mau uso do comércio, mas também defende o comerciante honesto. Segundo Salamito o texto mais importante de Santo Agostinho acerca da profissão do comerciante se encontra no comentário que ele faz do Salmo 70. Agostinho dá razão a um comerciante que diz exercer justamente a sua profissão.

Para defender a legitimidade de sua profissão, esse comerciante declara, primeiramente, que os dividendos que recebe, ao revender mercadorias, constituem a justa retribuição de seu trabalho (*labor*): *Eu, para viver, trago de longe mercadorias que faltariam se eu não as tivesse trazido; peço o salário de meu trabalho, ou seja, vender mais caro do que comprei. De outra maneira, como eu viveria, ao passo que está escrito: "O trabalhador é digno de seu salário?"* (SALAMITO, 2005, p.53)

Podemos perceber que o bispo de Hipona não recrimina a profissão do comerciante. Ele reconhece o valor do comércio e mostra que, muitas vezes, Jesus Cristo utiliza metáforas do comércio na sua pregação.

Santo Agostino utiliza, muito positivamente, as metáforas comerciais, que aplica à vida cristã. Ele compara os fiéis que progridem todos os dias a "bons comerciantes" (*boni negociatores*). Dirige-se aos futuros batizados apresentado-lhes o "símbolo (*Symbolum*) que vão receber, contendo o resumo da fé, como um "contrato" (visto que a palavra *symbolum* tem também esse sentido) que funda sua "sociedade" (aqui, ele joga com o duplo sentido da palavra *societas*) em busca de mercadorias espirituais "(*mercês spiritales*). Fala, sobretudo, da salvação, da redenção (uma metáfora *econômica* central na tradição cristã), assim como de "santos comércios" (*sancta commercia*) e de Cristo como um "comerciante" (*mercator*) que compra a humanidade. (Op.cit., p.52)

Conclusão

A Teologia de Santo Agostinho nos serve como chave de leitura para entender o significado singular do trabalho em qualquer época da história. Podemos elencar três pontos do pensamento de Santo Agostinho que nos permitirão refletir acerca do trabalho nos nossos dias.

O primeiro refere-se à distinção que Agostinho realiza entre a criação do mundo no qual o homem está inserido e o nascimento dos homens que fez surgir as cidades. Deus Criou o mundo para o homem habitar e, compete ao ser humano, através do trabalho, transformá-lo.

O segundo diz respeito à distinção que Agostinho faz do exterior e do interior, do visível e do secreto. A profissão criada pelo homem é exterior a ele, mas é o próprio homem, em última instância que pode torná-lo bom ou mau. Não é o comércio ou qualquer outra profissão que são cúpidos, mas o homem. Por isso, ele precisa da graça de Deus para se livrar da sua ambição.

O terceiro está relacionado ao livre-arbítrio. Somente o homem, no uso da sua vontade, pode tornar o mundo perfeito para se viver ou um lugar inviável de se morar. Mas, para fazer da terra o lugar melhor para viver, o homem não pode prescindir da graça e para edificar a Cidades, os homens terão que amar mais a Deus do que o mundo que eles construíram.

BIBLIOGRAFIA:

AGOSTINHO, Santo. *A cidade de Deus: Contra os pagãos*. Parte II. Tradução de Oscar Paes Leme. Bragança Paulista: Editora Universitária. São Francisco. 2008. 2º volume. Coleção pensamento humano

_____. *O livre-arbítrio*. Tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995.

ARENDDT, Hannah. *O conceito de Amor em Santo Agostinho*. Tradução de Alberto Pereira Diniz. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

_____. *Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense (1991).

_____. *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1958.

CANÉVET, Mariette. Saint Augustin: le christianisme et les cultures. In: *Revue THÉOPHILYON* . Tome XV-1 - La liturgie : le passage et l'attente. Lyon: Université Catholique de Lyon, 2010.

OLIVEIRA, M. Alves de. *Roteiro da Cidade de Deus*. 2.ed. Braga: A. O., 1985.

SALAMITO, Jean-Marie. Trabalho e trabalhadores na obra de Santo Agostinho. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan (Orgs.). *O Trabalho na história do pensamento Ocidental*. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 37-59.